

Aviso n.º 3/EDSC

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Economia Digital e Sociedade do Conhecimento

Nos termos do Regulamento da Economia Digital e Sociedade do Conhecimento (EDSC), a apresentação de candidaturas processa-se através de concursos, cujos Avisos de Abertura são definidos pelas Autoridades de Gestão competentes.

O presente Aviso prevê a possibilidade de financiamento de candidaturas que abranjam as operações definidas no Ponto 2. seguinte, em conformidade com o Regulamento Específico EDSC dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro, Alentejo, Algarve e Lisboa (documento disponível no sítio do QREN - www.qren.pt - e dos Programas Operacionais Regionais envolvidos).

O presente Aviso é definido nos seguintes termos:

1. Objectivos

O Regulamento EDSC tem como objectivo criar condições para a generalização do acesso à Internet e para a produção de conteúdos on-line, por forma a permitir a prossecução dos objectivos definidos, no âmbito das políticas públicas nacionais, para as áreas da Sociedade de Informação e do Conhecimento, contribuindo para a competitividade e afirmação das regiões portuguesas. Em particular o presente Aviso de Concurso visa o apetrechamento tecnológico de escolas com primeiro ciclo do ensino básico.

2. Tipologias de Operações e Despesas Elegíveis

2.1 - No âmbito do presente Aviso são susceptíveis de apoio as operações relativas ao 1.º ciclo do ensino básico enquadráveis na tipologia descrita na

alínea c) do Artigo 3.º do Regulamento da Economia Digital e Sociedade de Conhecimento

- “Projectos que visem integrarem as TIC nos processos de ensino e aprendizagem, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação;”.

2.2 – As tipologias de investimento a co-financiar devem observar os seguintes requisitos:

- Redes de Área Local: para escolas com 5 ou mais salas de aulas (EB1, EB1/JI);

- Quadros Interactivos: para escolas com 5 ou mais salas de aulas (EB1, EB1/JI);

- Segurança dos equipamentos: para escolas com 10 ou mais salas de aulas.

2.3 - São passíveis de co-financiamento, no âmbito do presente aviso, despesas que obedeçam às condições de elegibilidade constantes da regulamentação comunitária aplicável, do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, do Artigo 8.º do Regulamento Específico “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento”. Não são consideradas despesas elegíveis as referidas no Artigo 9º do mesmo Regulamento Específico, as despesas de assistência técnica e manutenção, bem como as que não decorram directamente da aquisição das componentes do investimento.

3. Entidades Beneficiárias

São potenciais beneficiários das operações contempladas no presente Aviso, as seguintes entidades previstas nas alíneas b) e c) do Artigo 4.º do Regulamento EDSC: as Áreas Metropolitanas e Associações de entidades da Administração Pública Local do Continente.

4. Prazos Máximos de Execução das Operações

O prazo máximo para a execução das operações é de 24 (vinte e quatro) meses, considerando para efeito da contagem desse prazo o período que medeia a data da celebração do contrato de financiamento e a data de apresentação do relatório final da operação, nos termos em que este venha a ser exigido pela Autoridade de Gestão competente.

5. Âmbito Territorial

As regiões NUTS II do Continente (definidas de acordo com o estabelecido no DL n.º 244/2002, de 5/11) do Norte, Centro, Alentejo, Algarve e Lisboa.

6. Formalização das Candidaturas

6.1. As candidaturas deverão ser apresentadas à Autoridade de Gestão do respectivo Programa Operacional Regional por via de submissão de formulário electrónico, disponível no sítio do correspondente Programa Operacional Regional, devidamente preenchido e acompanhado de todos os documentos indispensáveis à sua completa instrução.

6.2. De acordo com o Ponto 2. do Artigo 11.º do Regulamento EDSC, deverá ser apresentado um plano de viabilidade das componentes não sociais do projecto, que garanta a continuidade das actividades, serviços e conteúdos resultantes dos projectos apoiados, designadamente, no que se refere à actualização regular dos conteúdos criados.

7. Prazo para Apresentação de Candidaturas

O prazo para apresentação de candidaturas decorre entre o dia 17 de Agosto de 2009 e o dia 02 de Outubro de 2009 (18 horas).

8. Pedido de Elementos/Esclarecimentos Adicionais

Na fase de análise das candidaturas, a Autoridade de Gestão competente poderá solicitar esclarecimentos/elementos de informação adicionais aos promotores, que deverão responder no prazo então indicado pela Autoridade de Gestão.

Este procedimento suspende a contagem do prazo para a análise das candidaturas e, conseqüentemente, o prazo para comunicação da proposta de decisão.

9. Metodologia de Apuramento do Mérito da Operação (MO)

A metodologia de cálculo para a avaliação, hierarquização e selecção das candidaturas admitidas (uma vez verificado o cumprimento das condições de admissão e aceitação do beneficiário e da operação) é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado através da seguinte fórmula:

$$\text{MO} = 0,10 \text{ A} + 0,10 \text{ B} + 0,20 \text{ C} + 0,10 \text{ D} + 0,10 \text{ E} + 0,10 \text{ F} + 0,10 \text{ G} + 0,10 \text{ H} + 0,10 \text{ I}$$

Na selecção das operações serão considerados os seguintes critérios:

A - Contributo para a prossecução dos objectivos definidos nos Programas Operacionais Regionais;

B - Contribuir para a prossecução dos objectivos definidos no âmbito das políticas públicas nacionais para as áreas da Sociedade da Informação e do Conhecimento;

C - Contributo para a inovação nos processos de ensino e aprendizagem;

D - Qualidade e carácter inovador do projecto;

E - Impacto socioeconómico dos projectos, atendendo designadamente à satisfação de necessidades sociais;

F - Contributo para a dinamização, divulgação e difusão de conteúdos e aplicações em Língua Portuguesa;

G - Contributo positivo do projecto em matéria de igualdade de oportunidades;

H - Contributo positivo do projecto em matéria de satisfação de carências de cidadãos com necessidades especiais;

I - Capacidade de potencializar as intervenções financiadas no âmbito do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa.

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo a pontuação final do Mérito da Operação arredondada a dois dígitos.

A pontuação atribuída deve estar fundamentada com base no referencial de apreciação – Anexo I.

Serão objecto de hierarquização os projectos que obtenham uma pontuação global igual ou superior a 3,00. Sempre que os elementos disponibilizados pela entidade promotora não permitam classificar de forma fundamentada um determinado critério, será atribuída a classificação de 1.

10. Processo de decisão

As Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais devem solicitar a colaboração do Ministério da Educação, designadamente do organismo responsável pela Coordenação do Plano Tecnológico da Educação, nos termos dos nºs 4 e ou 5 do Artigo 14º do Regulamento Específico.

11. Data Limite para a Proposta de Decisão e Respectiva Comunicação aos Promotores

A proposta de decisão de financiamento deve ser efectuada até 25 dias úteis após o final do prazo para apresentação das candidaturas. A comunicação da proposta de decisão será efectuada junto dos promotores até 5 dias úteis após aquela tomada de decisão.

12. Financiamento das Operações

As taxas máximas de co-financiamento FEDER para as operações aprovadas incidem sobre a despesa elegível, não podendo exceder os seguintes limites:

- a) Programa Operacional Regional do Norte – 75,00%;
- b) Programa Operacional Regional do Centro – 75,00%;
- c) Programa Operacional Regional do Alentejo – 75,00%;
- d) Programa Operacional Regional de Lisboa – 40,00%;
- e) Programa Operacional Regional do Algarve – 50,00%;

13. Dotação Orçamental FEDER

A dotação orçamental FEDER afecta ao presente Aviso é de 10.371.000. euros, correspondendo à seguinte dotação por Programa Operacional:

Programa Operacional	Dotação Orçamental FEDER (euros)
Regional do Norte	4.930.000
Regional do Centro	2.033.000
Regional do Alentejo	699.000
Regional do Algarve	396.000
Regional de Lisboa	2.313.000
Total	10.371.000

A dotação orçamental tem por base uma dotação indicativa por NUT III, de acordo com a tabela que consta do Anexo II ao presente Aviso.

A dotação orçamental do Concurso abrangido pelo presente Aviso pode ser reforçada por decisão da Autoridade de Gestão competente, tendo em vista maximizar a aprovação de candidaturas de mérito superior apurado em conformidade com os critérios definidos no Ponto 9. do presente Aviso.

14. Legislação Relevante

- Regulamento CE n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho;
- Regulamento CE n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro;
- Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, que define o modelo de governação do QREN 2007-2013 e dos respectivos Programas Operacionais;
- Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- Regulamento Específico da Economia Digital e Sociedade do Conhecimento.

15. Fontes de Informação

Para além da legislação referida no ponto anterior, o promotor poderá obter mais informações através de consulta ao site www.qren.pt e dos Programas Operacionais Regionais envolvidos.

16. Obrigações e Procedimentos de Informação e Publicidade

Os beneficiários de candidaturas aprovadas comprometem-se a respeitar e aplicar as obrigações e os procedimentos em vigor de informação e publicidade sobre a participação (co-financiamento) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional nas intervenções, resultantes das disposições regulamentares comunitárias (Regulamentos CE n.ºs 1083/2006 e 1828/2006), bem como das normas e especificações técnicas instituídas pela Autoridade de Gestão competente em vigor à data da sua aprovação.

17 de Agosto de 2009

Gestor do Programa Operacional Regional do Norte

Carlos Lage

Gestor do Programa Operacional Regional do Centro

Alfredo Marques

Gestor do Programa Operacional Regional de Lisboa

Fonseca Ferreira

Gestora do Programa Operacional Regional do Alentejo

Maria Leal Monteiro

Gestor do Programa Operacional Regional do Algarve

João Faria

ANEXO I

Referencial Standard dos Critérios de Avaliação do Mérito das Operações

Critério	Sub-Critério	Referencial <i>Standard</i> “Economia Digital e Sociedade do Conhecimento”		Principais documentos de suporte para verificação dos Critérios de Selecção
		Característica Chave	Parâmetros Recomendáveis	
A. CONTRIBUTO PARA A PROSECUÇÃO DOS OBJECTIVOS DEFINIDOS NOS PROGRAMAS OPERACIONAIS REGIONAIS		<ul style="list-style-type: none"> . Correspondência com indicadores previstos na tabela de earmarking . Correspondência com indicadores de realização e resultado do Programa . Abrangência territorial 	<p>Este critério pretende avaliar o contributo da operação para a prossecução dos objectivos do Programa.</p> <p>Distingue a correspondência com as principais prioridades e objectivos, designadamente os que são alvo da tabela de earmarking e de indicadores de realização e resultado do Programa, bem como os projectos que apresentam maior abrangência territorial.</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Memória Descritiva e Justificativa Complementar . Documento que fundamenta os critérios de selecção . Programa Regional
		<ul style="list-style-type: none"> . Contributos para a concretização do Plano Tecnológico . Contributos para a concretização do Plano Tecnológico da Educação . Correspondência com as principais prioridades ou projectos-chave identificados. 	<p>Este critério pretende avaliar o modo como a operação contribui para a prossecução das linhas de intervenção e prioridades estratégicas das políticas públicas na área da sociedade da informação e conhecimento, tal como expressas no Plano Tecnológico e no Plano Tecnológico da Educação.</p> <p>Privilegia-se a correspondência com as principais prioridades ou projectos-chave aí identificados.</p>	
		<ul style="list-style-type: none"> . Incidência directa sobre processos de ensino - aprendizagem em sala de aula . Áreas curriculares mais carentes . Tipologias prioritárias (ex.: ambientes de trabalho virtuais para estudantes, documentos de apoio em formato electrónico para trabalho em sala de aula, portfolio electrónico do aluno, plataformas interactivas de colaboração, etc). 	<p>Este critério pretende avaliar o contributo da operação para a provisão de ferramentas e conteúdos on-line, passíveis de utilização directa na sala de aula ou para aprendizagem autónoma dos estudantes. Distingue-se a aplicação em áreas de maior carência (matemática, língua portuguesa, ciências experimentais), bem como tipologias de serviços/dispositivos e conteúdos identificados no PTE.</p>	

D. QUALIDADE E CARÁCTER INOVADOR DO PROJECTO	D.1. QUALIDADE	<ul style="list-style-type: none"> . Coerência entre o diagnóstico, objectivos, planificação e calendarização, monitorização e avaliação . Explicitação do cumprimento de critérios de qualidade . Certificação de qualidade 	<p>Este sub-critério pretende avaliar se o conjunto de acções e suas componentes são devidamente articuladas, complementam-se mutuamente e contribuem para a prossecução dos objectivos globais do projecto. Distinguem-se a adequada explicitação das realizações e sua articulação, bem como a existência de critérios de qualidade das infra-estruturas, equipamentos e software a que se recorre, de acordo com padrões de mercado, relevantes para o objectivo em causa (ex.: certificação de qualidade).</p>	<ul style="list-style-type: none"> .Memória Descritiva e Justificativa Complementar . Caderno de encargos/Propostas de fornecedores . Evidências da certificação de qualidade . Fundamentação dos critérios de selecção
	D.2. CARÁCTER INOVADOR	<ul style="list-style-type: none"> . Originalidade dos objectivos . Originalidade da metodologia . Originalidade dos resultados 	<p>Este sub-critério pretende avaliar a existência de componentes originais (ao nível dos objectivos, da metodologia ou dos resultados) que permitam distinguir o projecto face às práticas correntes nos contextos/instituições em apreço. Uma candidatura/projecto prevê uma intervenção distinta da que já é utilizada, quer porque introduz realizações até aí não existentes, quer pelo seu carácter não tradicional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> .Memória Descritiva e Justificativa Complementar . Fundamentação dos critérios de selecção
E. IMPACTO SOCIOECONÓMICO DOS PROJECTOS, ATENDENDO, DESIGNADAMENTE, À SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES SOCIAIS	<ul style="list-style-type: none"> . Acréscimo de rendimento e emprego resultante da produção e comercialização de bens e serviços (hardware, serviços de acesso à Internet, conteúdos e aplicações) . Acréscimo de utilizadores /clientes . Abrangência /dimensão, na Região, das necessidades sociais visadas 	<p>Este critério pretende avaliar os efeitos esperados ao nível da dinamização do mercado de produção e comercialização de bens e serviços, designadamente em domínios/áreas em que se constata necessidades sociais insatisfeitas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> .Memória Descritiva e Justificativa Complementar . Fundamentação dos critérios de selecção 	
F. CONTRIBUTO PARA A DINAMIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E DIFUSÃO DE CONTEÚDOS E APLICAÇÕES EM LÍNGUA PORTUGUESA	<ul style="list-style-type: none"> . Identificação dos utilizadores finais . Explicitação de plano consistente de divulgação . Disponibilização pública dos conteúdos e aplicações através de canais facilmente acessíveis 	<p>Este critério pretende avaliar o modo como a operação prevê mecanismos eficazes de utilização final dos conteúdos e aplicações em Língua Portuguesa pelo maior número possível dos destinatários potenciais. Valoriza-se a explicitação de um plano consistente de divulgação e a disponibilização pública através de canais facilmente acessíveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> .Memória Descritiva e Justificativa Complementar . Fundamentação dos critérios de selecção 	
G. CONTRIBUTO DO PROJECTO EM MATÉRIA DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	<ul style="list-style-type: none"> . Identificação e justificação dos grupos visados . Identificação dos objectivos em matéria de igualdade de oportunidades . Metas claras . Mecanismos de implementação 	<p>Este critério pretende avaliar o modo como a operação equaciona o intencional contributo directo ou indirecto para a promoção da igualdade de oportunidades de grupos particularmente vulneráveis ou com défices de representação/participação/integração. Distingue os projectos que definem metas claras e mecanismos de implementação dos que apenas enunciam o objectivo ou intenção.</p>	<ul style="list-style-type: none"> .Memória Descritiva e Justificativa Complementar . Fundamentação dos critérios de selecção 	

<p>H. CONTRIBUTO DO PROJECTO EM MATÉRIA DE SATISFAÇÃO DE CARÊNCIAS DE CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> . Acesso à internet e utilização de TIC . Remoção de barreiras/promoção da integração psicossocial . Nº de potenciais destinatários . Situações previstas na Classificação Internacional de Funcionalidade 	<p>Este critério pretende avaliar o contributo da operação para remover barreiras e promover acesso dos cidadão com Necessidades Educativas Especiais (NEE) à sociedade do conhecimento, bem como à resolução de outras necessidades e problemas de integração psicossocial destes cidadãos. Distingue-se a orientação para grupos e NEE identificados como prioritários, quer pela sua dimensão quer pela gravidade.</p>	<p>.Memória Descritiva e Justificativa Complementar</p> <ul style="list-style-type: none"> . Fundamentação dos critérios de selecção . Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF)
<p>I. CAPACIDADE PARA POTENCIALIZAR AS INTERVENÇÕES FINANCIADAS NO ÂMBITO DO SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</p>	<ul style="list-style-type: none"> .Identificação de projecto(s) apoiados pelo SAMA com os quais se articula .Fundamentação da articulação . Identificação de benefícios complementares 	<p>Este critério pretende avaliar a articulação com projectos de modernização administrativa e administração electrónica apoiados no âmbito do SAMA. Distingue a clara identificação de benefícios complementares aos pretendidos/conseguidos com esses projectos.</p>	<p>.Memória Descritiva e Justificativa Complementar</p> <ul style="list-style-type: none"> . Fundamentação dos critérios de selecção

ANEXO II

Desagregação por NUT III

Nut II	Nut III	Taxa	Feder
Norte	Alto Trás-os-Montes	75%	162.000 €
	Ave	75%	868.000 €
	Cávado	75%	610.000 €
	Douro	75%	132.000€
	Entre Douro e Vouga	75%	296.000 €
	Grande Porto	75%	2.048.000 €
	Minho-Lima	75%	279.000 €
	Tâmega	75%	535.000 €
	Total	75%	4.930.000€
Centro	Baixo Mondego	75%	308.000 €
	Baixo Vouga	75%	455.000 €
	Beira Interior Norte	75%	73.000 €
	Beira Interior Sul	75%	125.000 €
	Cova da Beira	75%	117.000€
	Médio Tejo	75%	176.000 €
	Oeste	75%	361.000 €
	Pinhal Interior Norte	75%	155.000€
	Pinhal Interior Sul	75%	57.000€
	Pinhal Litoral	75%	190.000 €
	Serra da Estrela	75%	16.000€
Total	75%	2.033.000€	
Lisboa	Grande Lisboa	40%	1.838.000 €
	Península de Setúbal	40%	475.000€
	Total	40%	2.313.000 €
Alentejo	Alentejo Central	75%	210.000 €
	Alentejo Litoral	75%	97.000 €
	Alto Alentejo	75%	176.000 €
	Baixo Alentejo	75%	216.000 €
	Total	75%	699.000€
Algarve	Algarve	50%	396.000€
Total			10.371.000€